

## RESENHA

# THOMAS PIKETTY E A ECONOMIA POLÍTICA DA DESIGUALDADE

Eduardo Salomão Condé\*

### INTRODUÇÃO

O tema da desigualdade goza de uma larga e respeitável tradição nas Ciências Sociais. Ainda que não fosse a temática de Marx, é suficiente o esclarecimento sobre o fato de que as diferenças de classe a produzem e reproduzem; Tocqueville preocupou-se com a igualdade em termos de um possível “despotismo dos iguais”; Durkheim (1984) a observou como especialização e em termos de “solidariedade” e Weber (1990) tem o mérito de suas indicações para os estudos sobre estratificação e as diversas fontes originárias da desigualdade. No século XX, Simmel (1978), Bourdieu (2007), Marshall (1968), Dahrendorf (1992), Goldthorpe (1987), Gellner (1987), Giddens (1982) e Beck (1992), apenas para citar alguns, desenvolveram estudos cuja centralidade ao tema da desigualdade foi conferida respeitabilidade e rigor. Na Economia, malgrado o fato desta resistir a ser vista como Ciência Social, o inverso é muito mais verdadeiro: se observarmos apenas aqueles que receberam Prêmios Nobel (a última categoria a ser criada, a partir da década de 1960), não é possível lembrar mais do que dois nomes que tenham preocupação com temas da mesma natureza. Apenas por critério de justiça, Amartya Sen (2000) e Joseph Stiglitz (2002) saltam aos olhos ao tratar a desigualdade como um problema, não a concebendo como uma externalidade algo incômoda ou “natural”.

A economia, através de sua filosófica simples e eficaz do *homo oeconomicus* como agente e do mercado como principal, concebendo-se como livre de amarras histórico-sociais, bastando a si mesma e decifrando movimentos do mercado como regulador e sinalizador da própria vida social, emancipou-se da filosofia para mergulhar na modelística *ceteris paribus*, do arranjo de variáveis em modelos fechados de explicação. O *mainstream* econômico dispensa a dinâmica social e as relações sociais: a ele basta a convicção de um mundo fechado e que pode ser reproduzido em qualquer parte, dado o caráter universal do próprio mercado. Ao absolutizar sua explicação, afastando-a de controvérsias em torno da dinâmica

da própria sociedade como *force propre*, a economia absolutiza a si e ao mundo. A velha Economia Política, da qual os fundadores como Smith e Ricardo beberam, foi relegada ao segundo plano na chamada “Ciência Econômica”, mas sempre permaneceu como o lugar onde as Ciências Sociais e a Economia poderiam se encontrar.

Thomas Piketty é economista, assim ele se define, e seu *metier* de formação é a Economia. Na Introdução de *O Capital no Século XXI* (doravante CSXXI), entretanto, ele tem o cuidado de mencionar que “(...) a economia jamais abandonou sua paixão infantil pela matemática e pelas especulações puramente teóricas, quase sempre muito ideológicas, deixando de lado a pesquisa histórica e a aproximação com as outras ciências sociais” (2014, p.38). Afirma, ainda, que conceitos econômicos são constructos teóricos e não verdades matemáticas (idem, p. 39) e que os conceitos permitem analisar a realidade histórica. Piketty cumpre o que promete: seu livro é recheado de referências históricas sobre países e estatísticas históricas, de diálogo com cientistas sociais e com a literatura de Jane Austin e Balzac, e ainda “extrair dos séculos passados algumas modestas pistas sobre o futuro (...), pois a história inventa seus próprios caminhos” (idem, p. 41).

O livro de Piketty deve ser saudado por sua combinação rara: clareza textual e metodológica, rigor analítico e de dados, preocupação *policy oriented* e acessibilidade. Pode ser lido por um público interessado e por analistas de Economia e Ciências Sociais. Na verdade o autor lança um desafio à sua ciência de formação, tratando a desigualdade não como subproduto das ações dos agentes, mas como entranhada no capitalismo desde sempre, com uma lógica própria de reprodução e em constante movimento: no caso do século XXI, em ascensão após haver sofrido mudanças importantes em sua redução ao longo do século XX nos países centrais.

\* Professor do programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, doutor em Economia Aplicada (UNICAMP).  
E-mail: eduardosconde@gmail.com.

## DO LIVRO

A opção de Piketty foi produzir um texto em quatro partes, sendo a primeira fortemente conceitual e relativa ao movimento geral da renda e do crescimento; a última parte é propositiva. As fontes citadas são vastas bases de dados, como a World Top Incomes Database (WTID), declarações de imposto de renda, contas nacionais e os levantamentos relativos ao patrimônio e renda em diferentes países, mais as fontes secundárias relativas a obras de historiadores econômicos ou mesmo estudiosos da desigualdade (CSXXI, pp. 23 a 26).

O desenvolvimento de suas teses pode ser assim resumido: em um mundo onde a difusão do conhecimento e o investimento na qualificação e formação possam ser convergentes em algum nível (ou seja, reduzindo a desigualdade) existem poderosas forças divergentes (que ampliam a mesma desigualdade) produzindo mais concentração e acumulação crescentes, um mundo caracterizado por baixo crescimento e alta remuneração do capital. A principal força divergente, ou seja,  $r > g$ , ou  $r$ , a remuneração do capital (o que rende, em média, o capital durante um ano) é crescentemente maior do que a taxa de crescimento ( $g$ , da renda e da produção), produzindo também efeito de maior importância para a renda herdada (o patrimônio): basta aos herdeiros poupar uma pequena parte para que ele cresça mais rápido do que a Economia como um todo. No longo prazo, uma taxa de retorno que parece pequena a cada ano, em relação a uma taxa de crescimento mesmo reduzida, pode produzir efeitos “potentes e desestabilizadores” para estruturar a desigualdade, segundo a denominada “lei do efeito acumulado” (CSXXI, pp. 79-80).

Efeito cumulativo pode ocorrer similarmente para diferentes movimentos. O cálculo do autor, com uma taxa anual de crescimento de 1% durante trinta anos, proporciona um acúmulo de mais de 35%; 1,5% correspondem a mais de 50%, transformando empregos e modos de vida; este crescimento significa que, de um quarto a um terço do que é produzido hoje não existia há trinta anos. Por oposição, quem cresce de 0,1% a 0,2% ao ano, uma média para o século XVIII, praticamente não muda a cada geração; a partir do século XIX, uma média de crescimento de 1% faz com que essa renovação torne-se profunda, mais dinâmica, com novas fortunas produzidas e gerando menos efeito sobre a desigualdade baseada na herança (CSXXI, p.90).

A variável demográfica também produz efeito sobre a desigualdade. Um aumento populacional

forte pode diminuir o peso do passado, até porque o efeito-herança seria diluído no maior número de filhos; cada geração deve erguer-se por si<sup>1</sup>. O corolário lógico é que, uma vez que ocorra a redução ou a estagnação populacional<sup>2</sup>, ocorre o efeito da maior importância do capital acumulado, do patrimônio herdado: diante de um crescimento fraco é plausível que as taxas de retorno sobre o capital subam. Até o século XIX, sociedades profundamente estruturadas pelos critérios de riqueza e pela herança perduraram em taxas muito baixas de crescimento, sendo o contrário também verdadeiro: um crescimento maior, de 1% a 1,5% significa novas funções, novas competências, mais mobilidade. A desigualdade pode não diminuir, mas tal avanço limita, pelo menos, sua reprodução ao longo do tempo. E também, uma vez constituídas taxas ainda mais robustas no longo prazo - os “trinta gloriosos”<sup>3</sup> ou a China, mais recentemente - os efeitos sobre a própria distribuição da renda são positivos. Segundo Piketty, a Europa acumulava atrasos em relação ao crescimento norte-americano, atraso este vencido com um crescimento médio de 4% entre 1950 e 1970 e estabilizando-se, em taxas próximas dos EUA a partir de 70 com algo perto de 2% (entre 1970 e 1990) e em torno de 1,5% entre 90 e 2012. Houve crescimento progressivo a partir do século XVIII em termos populacionais e da produção por habitante, acelerada no século XIX e disparada no século XX, com a ressalva da desaceleração populacional a partir dos anos de 1950. Por sua vez, a aceleração da produção por habitante somente aumentou em algumas partes no século XIX e foi compartilhada apenas no século XX. No caso da taxa de crescimento da produção total, até os anos de 1950, era sempre inferior a 2%; de 50 a 90 (conjugando a maior expansão demográfica anterior e seus efeitos de transição com a maior expansão da produção por habitante) saltou para 4% e agora, após os 90 e até 2012, reduziu-se, mesmo com a formidável expansão chinesa, para 3,5%. Em um cenário ainda otimista, considerando tanto a produtividade crescendo a 1% nos países mais ricos e desde que não surjam outros obstáculos políticos ou militares em outras partes do mundo, os países emergentes convergiram aos países centrais por volta de 2050. Mas, é relativamente fácil, como admite Piketty, imaginar cenários mais desfavoráveis (CSXXI, pp.102-105). Porém, qual o significado de convergência? Isto significa uma convergência em termos do produto por habitante e da difusão de conhecimento no âmbito internacional e doméstico, não sendo efeito da mobilidade de capital ou da posse pelos ricos de riqueza em países pobres, entretanto, *o relevante é que esta convergência da produção não significa o mesmo em relação à renda*. Em termos da renda média por habitante, ela varia de 150 a 250 euros na África e Índia a 2500-3000 euros na Europa

Ocidental, EUA e Japão, com a média em torno da China, ou 600-800 euros, a mesma da América Latina (CSXXI, pp. 68-69). A amplitude da desigualdade mundial, em 2012 era, enfim, de 150 a 3000 euros e a divisão da renda é mais desigual do que a produção.

A segunda parte do livro trata da dinâmica capital/renda, mostrando como opera a evolução do estoque de capital em nível total (relação capital/renda) e sua composição pelos ativos, que mudaram fortemente a partir do século XVIII. É o caso dos diversos tipos de riqueza (terras, imóveis, títulos, patentes, ações, ouro, etc.), com particular ênfase no Reino Unido e na França, onde existem dados em maior profusão. Se antes foi observada a desigualdade na renda entre os países, a preocupação agora também se desloca para situações nacionais. A análise do capital nacional implica compreendê-lo como a soma dos capitais privado e público, e decomposto em capital interno (o valor do estoque de capital em imóveis, terras, empresas, etc.) e capital externo líquido (diferença entre ativos pertencentes a cidadãos no exterior e os ativos possuídos no país em tela por estrangeiros). Nunca é demais lembrar a importância do valor da terra, que no século XVIII correspondia a 2/3 do capital nacional – e hoje vale menos de 10%. Esta queda foi compensada pela alta do valor da habitação e de todos os movimentos de acumulação oriundos de máquinas, equipamentos e instalações desde a Revolução Industrial. O capital passa da terra para tornar-se mobiliário, industrial e financeiro (CSXXI, pp. 120-121).

Pelo lado da evolução dos ativos públicos e privados, malgrado as dificuldades em estimar valores para edifícios públicos ou infraestrutura de transporte no setor público, Piketty afirma que a presença do patrimônio público é pequena em relação à riqueza privada, hoje 1% da riqueza nacional no Reino Unido e até 5% ou 10% na França, países sempre fundados na propriedade privada desde o século XVIII. Houve sempre a superação da riqueza privada em relação à pública, mostrando que a história do capital nacional é a história da relação capital privado/capital nacional. Um dos aspectos dessa relação é a dívida pública, onde o governo tende a ampliar a riqueza privada ou reduzir a dívida, sendo que a tendência dominante foi realizar mais o primeiro tipo do que o segundo (CSXXI, 129-130). O caso inglês é exemplar pelos gastos com as guerras de independência dos EUA e as napoleônicas, emitindo dívida fortemente entre 1770-1810 e que foi financiada pela forte poupança privada. O resultado foi o fortalecimento da riqueza privada, que chegou a mais de oito anos da renda nacional em 1810, enquanto a riqueza pública caía a níveis negativos. Em uma lição que vale até hoje, “(...)

é mais interessante emprestar uma quantia ao Estado (e receber os juros ao longo de décadas) do que pagá-la sob a forma de impostos (sem contrapartida)” (CSXXI, p. 131). Menos intenso, mas igualmente forte, o caso francês foi semelhante. Somente no século XX, logicamente após a Segunda Guerra, é que a visão do endividamento público como instrumento a serviço de políticas redistributivas. A questão apenas era que no século XIX a dívida rendia muito para os mais ricos, enquanto no século XX era corroída pela inflação e paga com uma moeda que decrescia. Este efeito “redistributivo” da inflação permaneceu algum tempo, porque mesmo com a emissão da dívida, em regime de inflação mais alta, ela decrescia. Foi somente no final dos anos de 1970, com a combinação explosiva de mais desemprego, mais inflação e mais estagnação que se desenvolveu um conceito em torno da inflação mais baixa. Na Alemanha existe uma trajetória semelhante à francesa, mas com diferenças importantes no peso dos capitais das empresas, por exemplo, na composição do capital nacional. Os EUA apresentam uma estabilidade na relação capital/renda muito maior por sua história “tardia” em relação à Europa, além dos diversos tipos de capital serem relativamente baixos, levando o patrimônio a situar-se apenas três vezes o valor da renda nacional, contra mais de sete vezes na Europa. No século XIX, houve expressivo acúmulo de riqueza imobiliária e industrial ampliando as diferenças sociais. A Crise de 29 e a Depressão produziram aumento da dívida pública e a mesma combinação inflação/crescimento a reduziu na década de 1950.

Como a relação capital/renda envolve, para Piketty, uma relação essencial à própria dinâmica do capitalismo, há um desdobramento relevante, derivado dos argumentos anteriores e oriundos dos dados relativos à riqueza pública e privada: um país que poupe muito e cresça lentamente acumula, em longo prazo, enorme estoque de capital, mas com consequências relevantes para a estrutura social e a distribuição. O contrário, em uma quase estagnação, a riqueza acumulada no passado ganha enorme importância. Por isso, “a volta da relação capital/renda a um nível estruturalmente elevado no século XXI, próxima ao observado nos séculos XVIII e XIX, explica-se, portanto, pelo retorno ao baixo crescimento. É a queda do crescimento, sobretudo da expansão demográfica – que conduz ao retorno do capital” (CSXXI, p. 165). Ou ainda: “nas sociedades em estagnação, os patrimônios do passado tem importância considerável” (idem, p. 227). Na Europa, a relação capital/renda, no início do século XXI, já corresponde a cinco ou seis anos da renda nacional, pouco abaixo dos séculos XVIII e XIX. Em uma taxa de poupança de 10%, com uma taxa de crescimento estável em torno de 1,5%,



no longo prazo, o estoque mundial de capital atingirá de seis a sete anos da renda; se o crescimento for da ordem de 1%, o estoque de capital pode chegar a dez anos de renda (idem, p. 228). Por último, é mais provável que a queda da renda seja mais fraca do que a elevação da relação capital/renda, o que significa mais força ao capital. Assim, nem capital humano - a panaceia dos anos 60 - triunfando sobre os outros capitais nunca foi toda essa realidade revolucionária. Aliás, “a marcha da racionalidade econômica e tecnológica não implica, necessariamente, uma marcha rumo à racionalidade democrática e à meritocracia (...) a tecnologia, assim como o mercado, não tem limite ou moral” (CSXXI, p. 228-29).

A terceira parte do livro trata da estrutura da desigualdade. Talvez seja aqui onde o tema apareça com mais clareza, exatamente porque trata das diferenças de renda entre cada segmento, seja o decil ou o centésimo da renda, por exemplo, no interior da renda do capital e, da mesma forma, a desigualdade presente na renda do trabalho. É também uma parte onde fica claro como o papel de impactos desastrosos - como as guerras e as políticas públicas - agiram contra a desigualdade no século XX, mesmo que a distribuição esteja novamente a caminho da ampliação da desigualdade no século XXI.

É nesta terceira parte que a definição da renda, composta pela renda do capital - RK (aluguéis, dividendos, *royalties*, lucros, ganhos de capital) e do trabalho - RT (sobretudo salários, em menor escala outros rendimentos pagos pelo trabalho)... A desigualdade resulta da soma desses componentes - desigualdade nas rendas do capital e desigualdade nas rendas do trabalho, com diferentes relações entre ambas: é possível mais concentração na renda do trabalho e menos na de capital, ou vice-versa, ou que elas sejam mais ou menos uniformes. Piketty observa que a desigualdade interna à renda do capital tem sido sempre mais forte do que a desigualdade entre as rendas do trabalho. A proporção pode ser assim observada: os 10% que recebem as RTs mais elevadas seria igual a 25-30 do total das RTs; na RK, dos 10% que detém mais patrimônio é sempre superior a 50% do total da riqueza, chegando a 90% em algumas sociedades! (CSXXI, p.239). Considerando as tabelas de renda (idem, pp.242-244), o autor separa baixa desigualdade (escandinavos); média (Europa, 2010) e acentuada (EUA, 2010), com uma projeção para os EUA para 2030. Vou reproduzi-la (ligeiramente diferente do formato do livro, mas com os mesmos percentuais) porque ela resume muito mais o argumento do que mil palavras:

Como ilustração, entre os escandinavos, os 10%

Desigualdade	% da renda	Baixa (média para o caso da DK) - Escandinavos (anos 70-80)	Média (média acentuada para o caso da RK) - Europa 2010	Acentuada EUA - 2010
Desigualdade total na RT	10% mais ricos	20	25	35
	1%	5	7	12
	9%	15	18	23
	40% no meio	45	45	40
Desigualdade total na RK	50% mais pobres	35	30	25
	10% mais ricos	50	60	70
	1%	23	25	35
	9%	30	35	35
desigualdade total da renda	40% no meio	40	35	25
	50% mais pobres	10	5	5
	10% mais ricos	25	35	50
	1%	7	10	20
	9%	18	25	30
	40% no meio	45	40	30
	50% mais pobres	30	25	20

Fonte: Adaptado de Piketty, Thomas. O Capital no Século XXI, pp. 242-244.

Os valores em destaque foram escolha do autor da resenha.

A distribuição descrita é primária - antes dos impostos. Isso significa que a estrutura tributária tem efeito posterior sobre ela.

mais ricos com relação à RT recebem 20% da massa salarial, ou duas vezes o salário médio no país; os 50% mais pobres recebem 35% da massa salarial, ganhando 70% do mesmo salário médio. Nos EUA, onde os 10% mais ricos detém 35% da massa salarial, ganham 3,5 vezes o salário médio; já os 50% mais pobres, recebem apenas 50% do salário médio do país. Se observarmos a desigualdade total (RT e RK juntos), os escandinavos e a Europa têm um percentual importante nos 40% do meio (45% e 40%) em relação à renda total, mas com desigualdade mais de 10% maior da Europa em relação aos escandinavos no que se refere aos 10% mais ricos. O caso dos EUA é por demais evidente: os 10% mais ricos controlam metade (!) da renda nacional (e, entre eles, 1% controla 60% e os demais 9% outros 40%). E, conforme uma observação de Piketty, na desigualdade relativa à RK, ela é significativamente mais concentrada que a RT - enquanto, entre os 10% mais ricos, nos EUA, controlam 35% da RT, os mesmos 10% controlam 70% (!) da RK.

Mas, importa também pensar no centésimo superior, no 1%. Pensando apenas no total em relação à população, Piketty observa que estes são muito minoritários em termos populacionais, mas, ao mesmo tempo, maior que as “superelites”. Basta lembrar que nos EUA representam 2,6 milhões na população adulta, enquanto na França são 500.000. No Brasil, 1% representaria perto de 1,34 milhões - pequeno proporcionalmente, mas detendo a maior parcela de influência na vida social e política do país. Ainda cabe observar que quem dispõe de 10% da renda do trabalho mais elevadas ou os 50% das mais baixas não são as mesmas pessoas que detém 10% dos maiores patrimônios ou 50% dos menores; 1% de um não é igual a 1% do outro. Distribuições de renda reproduzem hierarquias diferentes, pode haver pessoas na classe superior de renda do trabalho e (muito) inferior em patrimônio - e vice-versa (CSXXI, p. 249).

No que tange à RT, o convencionalismo econômico atribui fatores decisivos à produtividade marginal e à formação com seu formato utilitário e instrumental. Como é difícil, ou impossível com eficácia, estimar a produtividade marginal em termos de grandes conjuntos de trabalhadores, pode ser que o salário dependa da formação, do jogo de oferta e demanda em torno da qualificação? A evolução indica que, mais do que isso, as negociações salariais e a grade de salário mínimo, ou seja, o formato e a ação das instituições atuam neste campo de forma muito intensa. Investir na qualificação é sumamente necessário ao mesmo tempo em que Educação e Tecnologia alteram também a forma e a remuneração do

mercado de trabalho no longo prazo, mas não podem ser desprezadas as regulamentações e as instituições que regulam o próprio mercado de salários (CSXXI, p. 296-305). De qualquer forma, produtividade marginal e qualificação não podem explicar o aumento exponencial da desigualdade nos EUA, na RK e na RT, dos 10% e 1% mais ricos após a década de 70 nos termos de produtividade marginal ou qualificação. A formação não se alterou na parte de cima da sociedade e muito menos a produtividade dos executivos privilegiados. Quanto mais se sobe na hierarquia, mais espetaculares ficam as diferenças: no 0,01% (o milionésimo do topo, dez vezes menor que 0,1%) dos EUA, sua ascensão foi de 2% da renda nacional para quase 10% - cada um representa cem vezes a média do país (CSXXI, p. 310-11)!.

Em observação histórica, a desigualdade em termos patrimoniais, tão presente nos séculos XVIII e XIX, foi reduzida no século XX. Após o choque das duas guerras e das políticas desencadeadas após seu fim, desmoronaram a relação capital/renda. A acumulação patrimonial, vinda de longe, também foi suscetível às perdas de capital oriundas da própria guerra. Mas, quais são as mudanças estruturais mais importantes? Impostos fiscais sobre capital e rendimentos ajudam a explicar, com a taxa de tributação passando de 0% a 30%, auxiliando na distribuição da renda e proporcionando a ascensão da classe média (CSXXI, p. 364). A combinação dos choques das guerras, mais tributação e as instituições, se comprometidas ou radicalmente alteradas em prol das forças rentistas, o risco do agravamento da desigualdade se aprofunda.

A desigualdade nada tem a ver com “imperfeição” dos mercados. Na verdade, uma vez que o capital desempenhe um papel na produção, ele requer rendimento; quando o crescimento é baixo, a possibilidade de que este rendimento de capital seja superior é elevada, o que confere grande importância ao patrimônio acumulado. A renda maior do capital é consequência não de uma “imperfeição”, mas de um mercado “puro”, oferecendo a cada detentor, inclusive aos herdeiros abaixo da produtividade marginal ou com produtividade nula - um rendimento mais elevado. Se os antigos detentores de renda patrimonial fundiária foram deslocados para o fundo, em detrimento da renda mobiliária, industrial e financeira, isto não abre caminho para a meritocracia: diminuir a dominação tradicional não elimina a possibilidade de produzir uma sociedade de rentistas (CSXXI, p.413).

Finalmente, o plano internacional. Se existem forças como fundos soberanos e a China, que

podem aprofundar o fosso da desigualdade, ampliando a linha de divergência, parece, para Piketty, menos grave do que uma divergência oligárquica onde os países fossem possuídos pelos próprios bilionários. Com menos crescimento e mais concorrência entre os países para atrair capital, com os montantes de capital envolvidos no mercado internacional e sua remuneração, é muito provável que a desigualdade  $r > g$  se aprofunde. Outro aspecto do desafio com relação a esta possível divergência oligárquica é a falta de cooperação internacional e transparência de dados, naquilo que se refere aos ativos de cidadãos no exterior (em paraísos fiscais), a evasão fiscal em si e mesmo o controle patrimonial sobre o que cidadãos detêm fora do país. E existe um mistério nas estatísticas das organizações como o FMI: a posição patrimonial dos países ricos é negativa ou próxima de zero, à exceção de Japão e Alemanha (propriedade de ativos externos e grandes superávits comerciais). Nos países pobres dá-se o mesmo e em todos, regularmente, o balanço de pagamentos é negativo, mais dinheiro sai do que entra. A explicação? Citando Gabriel Zucman, Piketty observa os recursos não registrados em paraísos fiscais, uma estimativa prudente falando em 10% do PIB mundial, podendo ser maior do que isso (CSXXI, p. 453-455). Portanto, na prática, a posição patrimonial dos países ricos em relação aos pobres é, na verdade, positiva e está muito além das contas nacionais oficiais.

A quarta parte do texto é muito relevante por se tratar de um programa propositivo diante da ampliação da desigualdade, seja entre países, seja interna a eles. Basicamente trata-se de ações referentes às políticas públicas que podem alterar o curso da acumulação acelerada de vantagens patrimoniais e a persistente concentração da renda no topo, agravada nos primeiros anos do século XXI.

Pensando sobre a crise de 2007-2008, o alerta do autor é para o fato de que ela somente não foi mais devastadora do que a de 1929 pelo fato do Estado e dos Bancos Centrais impedirem a falência de seu sistema financeiro como provedores de liquidez – eliminando a lenda liberal, tão repetida pelo Banco Central Europeu, de que cabia a eles apenas manter a inflação baixa. O papel do Estado, desde as grandes reformas que produziram o estado de bem-estar, ampliando seu sistema tributário, na Europa ocidental, cresceu para algo em torno da metade da renda nacional. Mesmo que a importância do Estado e das políticas regulatórias e tributárias, há unanimidade em crer que não existe espaço para novos e maiores valores em termos tributários. Portanto, o desafio é mais de modernizar o estado social, sem desmantelá-lo, den-

tro da lógica de que “as desigualdades sociais só são aceitáveis se forem do interesse de todos e, especialmente, se forem do interesse de grupos sociais menos privilegiados. É necessário estender os direitos fundamentais e as vantagens materiais ao máximo de pessoas possível” (...) (CSXXI, p. 467). Se não mais existe o período excepcional dos “Trinta Gloriosos” na Europa ou a grande expansão norte-americana, pois hoje a expansão “encolheu”, é hora de pensar em redefinir meios para produzir bem-estar ao maior número de pessoas.

Para os países nominados por Piketty como pobres e emergentes, é preciso avançar firmemente em direção a outro patamar de desenvolvimento. Enquanto a Europa estabilizou seu sistema em torno de 45% a 50% da renda nacional e os EUA algo entre 30% e 35%, países mais pobres não passam de 15% da renda nacional. Com isso a combinação do financiamento público para Polícia, Justiça, Educação e Saúde – um patamar mínimo – não existe possibilidade de qualidade, já que pagar mal a todos não pode ser um bom sinal. Por isso, o desenvolvimento de um Estado fiscal significa o processo de construção do Estado em si, onde a história também faz seus caminhos. O caso chinês merece uma observação adicional porque, para Piketty, a China parece estar obtendo sucesso (mais um) na modernização do seu sistema fiscal, com um imposto crescente sobre a renda e oferece receitas substanciais ao Estado, enquanto a Índia debate sobre como sair de um Estado de arrecadação muito baixa (CSXXI, p. 479).

Diante deste cenário, um Estado fiscal e social que precisa ser modernizado, avançar ainda mais ou mesmo ser construído, Piketty propõe três medidas, duas alternativas-problema e um desafio importante.

1 - O imposto progressivo sobre a renda repensado:

Recuperando o debate em torno dos impostos sobre a renda, destacando o caso europeu e norte-americano, Piketty defende que a utilização de taxas confiscatórias no topo da hierarquia de rendas e heranças tem efeitos muito relevantes sobre a desigualdade. Da mesma forma, se a taxa se mantiver proporcional para a maioria da população, se ela se elevar no topo, podem incorrer em importantes efeitos distributivos. Onde existe uma *flat tax* como regra (uma taxa fixa idêntica para todos), é diferente da existência da progressividade fiscal. No caso desta última, significa que as rendas e patrimônios mais elevados terão um imposto progressivo sobre a renda e mais baixo para aqueles de renda e patrimônio in-

feriores<sup>6</sup> (CSXXI, p. 481-482). O exemplo dos EUA, comparando as décadas de 30 a 50 com seu imposto progressivo e as décadas de 80 e 90 do século passado com suas reduções tributárias no topo, indica que isto reflete não somente na própria desigualdade, mas também reforça os salários astronômicos no topo dos executivos de bancos e grandes empresas em particular. Em uma trajetória de longo curso, Piketty afirma que tudo parece indicar que a progressividade fiscal no topo da hierarquia teve um papel importante na redução da concentração de patrimônios no século XX, pois, particularmente no pós-guerra (após os choques 1914-1945), nunca mais o patrimônio foi tão concentrado quanto na Belle Époque.

Fiel ao seu argumento relativo à impossibilidade em estabelecer níveis prévios de tributação progressiva, Piketty observa não haver fórmula matemática prévia, mas enfatiza que estimativas pensadas para rendas extremamente elevadas – entre 0,5% e 1% das rendas mais altas – indica que uma taxa de 80% aplicada sobre as rendas maiores de US\$500.000 ou US\$ 1.000.000 nem reduziria o crescimento nos EUA, ainda permitiria redistribuição e inibiria comportamentos econômicos predatórios. Entretanto, esta tributação sobre rendas tão altas produziria efeitos de curto e médio prazo e inibiria rendimentos tão elevados à frente; não traria tanto dinheiro no tempo, mas reduziria absurdos rendimentos sem âncora em qualquer critério razoável, particularmente se falarmos em produtividade ou eficiência de executivos desse calibre. Receitas fiscais mais permanentes exigem mais reformas, tributando também entre 50% e 60% os valores acima de US\$ 200.000. Mesmo que aqui o argumento se refira aos EUA, Piketty considera altamente improvável que tais políticas sejam ali implementadas (CSXXI, p. 499-500).

O argumento chave e de caráter geral, dado que não existe matemática capaz de previamente estabelecer índices ideais, é o seguinte: “apenas a deliberação coletiva e a experimentação democrática podem desempenhar esse papel” (CSXXI, p. 499).

2- O imposto sobre o capital mundial (como “utopia útil”):

Soa como chiste que Piketty observe que a ideia de um imposto mundial seja descrita como “utopia útil”. Por que a expressão? Em primeiro lugar porque o autor defende que esta perspectiva deve ser um ponto de referência, mesmo que não possa ser visível em um futuro próximo. Em seguida, porque defende a ideia de que tal instituição poderia ser perseguida por etapas, colocando-a em prática por instituições

regionais, por exemplo, e incentivar cooperação entre as áreas. Tal discussão pode lançar luz a um debate que, quando existe, parece opaco: a transparência e os projetos sobre troca de informações financeiras entre os próprios países. Como observa o autor, esta questão somente ganha significado efetivo se estiver atrelada ao debate sobre um imposto sobre o capital, até para que o conhecimento oriundo das informações tenha consequência como política pública. Como existe uma ausência de transparência na questão, particularmente sobre informações bancárias, é a transmissão automática de movimentações dentro do país, que já ocorrem, e, particularmente, *entre os países.....*

A proposta de Piketty é a que se segue: o objetivo deveria ser um imposto anual e progressivo, arrecadado sobre capital individual, os ativos líquidos (imobiliários, financeiros ou corporativos) de cada um. Para os mais ricos do planeta, base de tributação conforme as fortunas individuais; para os demais, patrimônio tributável pelo valor de mercado dos bens, líquido (ou seja, excluídos) de dívidas. Sua sugestão varia de 0% para até um milhão de euros, 1% entre um e cinco milhões e 2% para além de cinco milhões. Ou então taxar de 5% a 10% patrimônios acima de um bilhão de euros e, para baixo, 0,1% para menos de 200 mil euros e 0,5% entre 200 mil e um milhão de euros (CSXXI, p. 502-3). Ressalte-se que deve valer o argumento citado acima sobre deliberação coletiva e experimentação democrática.

Seria preciso realizar esta “utopia” particularmente porque existem dificuldades declaradas, principalmente do ponto de vista da definição de “rendas declaradas” e registros legais possíveis, como deixar a fortuna em holdings ou em outra estrutura jurídica administradora de patrimônio, vivendo apenas de “parcos rendimentos”, por exemplo, de alguns milhões de euros por ano em dividendos. O que seria o melhor então? Taxar diretamente o capital total, não apenas dividendos. E, ressalte-se, aqui não se trata de evasão fiscal ou algo assim, são apenas normativas legais utilizadas pelos muito ricos. Obviamente que o efeito do ataque aos paraísos fiscais seria uma receita adicional poderosa. O capital representa, ao fim, o melhor indicador da capacidade contributiva<sup>7</sup>.

Um segundo argumento relevante seria a possível combinação entre incentivos (imposto sobre o estoque de capital) e seguro (imposto sobre o fluxo de capital). Se não existe imposto sobre o capital e este tem um retorno anual elevado ao proprietário, taxar significa obrigar quem utiliza mal seu patrimônio a vendê-lo para pagar impostos e, assim, ceder ativos



a outros mais dinâmicos – assim resvala para as fortunas e não pressiona desnecessariamente a empresa. Com relação ao fluxo da renda, é mais eficiente tributar herdeiros ao longo da vida, (com impostos sobre a renda do capital herdado e do valor do capital) e não uma única vez, na transferência de bens. A tributação, assim, resultaria na herança, na renda e no capital.

O argumento chave é que, no novo capitalismo patrimonial global do século XXI, o imposto sobre o capital é uma ideia nova. Ele ultrapassa em muito os impostos sobre o capital territorial no passado – proporcional e com taxas mais baixas – e mesmo o imposto progressivo no século XX (errático e com países importantes fora dele, sem contar as taxas baixas cobradas). Este último ainda se estruturou em uma base problemática: ao invés de se basear nos ativos financeiros a preços de mercado, utilizou bases cadastrais e de valores mal revisados ao longo do tempo.

2.1 - Um “plano B” e alternativas-problema: protecionismo e controle de capitais:

Esta é uma ideia alternativa ao imposto sobre o capital, mas menos satisfatória e podendo produzir outros problemas. Trata-se do protecionismo como proteger setores internos da Economia (enquanto não são capazes de enfrentar a concorrência internacional) e é uma arma contra países que não respeitam regras (sanitárias, de transparência financeira, respeito humanitário). O problema é que raramente isso, em longo prazo, aumenta a riqueza como um todo, mas produz frustrações, sendo que o principal nem é isso: não reduz em nada a desigualdade  $r > g$  aqui exposta e nem impede acumulação patrimonial (CSXXI, pp. 520-521).

O controle de capitais é de outra estirpe. A liberalização completa das contas de capital, sem nenhum controle e nenhuma transmissão interpaíses de informações sobre os ativos, o que foi a regra neoliberal nos anos de 1980-1990, produz imensas distorções, sendo a crise de 2008 uma excelente lição didática. Entretanto, as experiências são escassas e tímidas, ainda que Piketty cite Brasil, Indonésia, Rússia e China como desconfiados das lições neoliberais desde a crise asiática de 2008. Como parece recorrente, a China parece ser a mais preparada para enfrentar o problema: controla o capital que entra (o governo autoriza e participa da própria empresa) e também o que sai (somente o governo autoriza a saída). Milionários chineses podem retirar capitais livremente da China e são realmente donos de seu patrimônio? Parece que não e a ideia de propriedade na China não

é idêntica ao ocidente. Lá existe, ao contrário do tímido imposto russo ou a selvageria regressiva brasileira, imposto progressivo sobre a renda mais efetivo. Entretanto, seria ilusão ou ingenuidade deixar de observar a cena política chinesa e seu poder de barganha político e econômico como decisivos neste caso. Mas, se a China decidisse fazer (e as elites políticas implementassem) um imposto progressivo sobre a renda, como descrito por Piketty, seu avanço social seria muito mais rápido<sup>8</sup>.

### 3 - Enfrentar o desafio do déficit público.

Piketty faz uma interessante assertiva sobre a questão da dívida pública. Como o financiamento estatal ocorre por impostos ou emissão de dívida, e dívida precisa ser paga, é do interesse de quem uma dívida altíssima? Financiá-la interessa, sobretudo, a uma parcela pequena da sociedade, que lucra com sua remuneração, então seria melhor taxar os ricos e não aumentá-la. Como os governos afundam-se nela e continuam a promover choques de juros ou simplesmente emitem mais títulos que são comprados pelos mais ricos, nada de tributação e mais benefícios... aos mais ricos. O centro do capitalismo tem dívida ainda mais alta que a periferia (neles, equivale a um ano da renda nacional em média, perto de 90% contra média de 30% na periferia); na Europa, com maior grau de endividamento, existem os maiores patrimônios privados do mundo (CSXXI, p. 526).

Das três formas para reduzir a dívida pública – imposto sobre o capital, inflação ou austeridade, combinadas ou não, a primeira seria a mais eficiente, a segunda para reabsorção (mas com efeitos colaterais problemáticos), mas impossível também pelo dogma neoliberal da inflação baixa a todo custo. A fórmula de austeridade, combinada com o dogma da inflação baixa, produz grandes sacrifícios e menor eficiência. Liquidar a dívida vendendo todos os ativos públicos, o sonho dourado de um neoliberalismo anárquico como o de Nozick (1991), seria um desastre: os ricos tonar-se-iam donos dos aparelhos e o Estado lhes pagaria aluguel ou se ausentaria de serviços, agravando a situação dos menos afortunados. Em certa medida já acontece algo com relação ao pagamento: com os juros provenientes do pagamento da própria dívida há uma sangria permanente no Estado. Um imposto excepcional sobre o capital privado seria muito mais efetivo.

É sabido, pelos dados que Piketty recolheu, que, no caso europeu, a renda nunca foi tão alta, com um patrimônio público líquido quase nulo (diante da dívida pública), com um enorme patrimônio privado

líquido. Do ponto de vista do estoque de capital nacional, nunca houve tanta riqueza. Mas, “(...) o que é certo, e muito vergonhoso, é que o capital nacional é muito mal repartido: a riqueza provada se apoia sobre a pobreza pública e, sobretudo, há uma despesa muito maior em juros da dívida do que investimentos, por exemplo, no ensino superior” (CSXXI, p. 551).

O desafio é a transparência econômica e o controle democrático do capital, que guarda relação com o debate em torno do déficit público e do próprio imposto sobre o capital. Assim, seria realizado um esforço em função do nível de riqueza de cada um, com uma tabela progressiva e que poderia ser combinado com uma redução gradativa da própria dívida, sem uma estratégia *big bang* confiscatória e concentrada no tempo. Na prática, isso significa que a transparência financeira e econômica não é apenas um desafio fiscal, mas um desafio de governança democrática e da participação nas decisões. Implica, por exemplo, na publicação de balanços legíveis nos setores público e privado, que hoje impedem até as pessoas de formarem opinião sobre o tema. Sem transparência contábil não pode haver democracia econômica (CSXXI, p. 554).

A conclusão do livro é um breve resumo, reafirmando a contradição central  $r > g$  como principal força desestabilizadora no capitalismo, ampliando o poder dos patrimônios passados e se recapitalizando mais rápido que salários e produção, forçando empresários a converterem-se em rentistas. Como o regime de crescimento decresceu novamente, a população deixou de se expandir e muitos países estão na fronteira tecnológica mais à frente – segundo Piketty é difícil acreditar em taxas médias de crescimento maiores que 1% a 1,5% ao ano. Reafirma-se a solução sobre taxar o rendimento de capital dentro de imposto progressivo anual. O autor revela o que considera obstáculos: o alto grau de cooperação internacional e a integração política regional.

### **SOBRE O ALCANCE E OS LIMITES DE THOMAS PIKETTY EM “O CAPITAL NO SÉCULO XXI”**

Em um trecho ainda ao início do seu texto, Thomas Piketty observou que, no campo da Economia, salvo os estudos de Kusnets publicados na década de 1950, “nenhum outro trabalho de peso empírico sobre a dinâmica da desigualdade fora realizado” (CSXXI, p. 38). O contrário se deu na Sociologia, onde a desigualdade é um objeto já de longo curso. Da mesma forma, a Economia teimava, até a mesma época, em não prestar a devida atenção, inclusive empírica,

às instituições, tema que depois consagrará a obra de Oliver Williamson (1975). A Sociologia o faz intensamente pelo menos desde Durkheim, para permanecer em um marco clássico da segunda metade do século XIX. Enquanto a Economia se debatia no programa neoclássico e seus problemas, particularmente com a falência da hegemonia liberal nas décadas de 20 e 30 e o programa keynesiano ainda se consolidava, a Sociologia já se debatia em torno de questões referente à desigualdade, desemprego, desestruturação, desvio ou do debate em torno da “boa sociedade” com programas de cunho reformista, como no caso dos Webb na Inglaterra. Foi somente após a Segunda Guerra que a Economia começou a ganhar sua proeminência e seu status, descobrindo tardiamente o que a Sociologia já havia revelado desde seus fundadores. A hegemonia da Economia, particularmente por seu programa nekeynesiano, novo clássico e depois neoliberal, começou a colonizar a agenda política em algum momento, entre a crise dos anos de 1970 e os anos de 1980. Se o keynesianismo permitia uma aproximação mais direta com temas da Sociologia ou da Ciência Política, a retomada dos programas de pesquisa de corte liberal foi construindo uma Economia cada vez mais refratária ao diálogo com a Sociologia, tornando-se uma ciência que, dominada por um programa onde as próprias instituições tornaram-se, elas mesmas, objetos de regulação e intervenção objetivando estabelecer regularidade e reduzir custos de transação. Dali desaparece seu caráter de conflito, reprodução, os grupos de interesse, a organização e a política, transformando a “nova economia institucional” em uma solução acoplada à escolha racional, que demarcaria as políticas públicas da década de 1990.

Um dos motivos da observação de Piketty sobre Kusnets, logo acima, não é de se estranhar. Foram os tempos e as ideias, a ascensão de economistas de corte tecnocrático ao Estado (seja em democracias avançadas, seja nas ditaduras periféricas) e a “revolução conservadora” da década de 1980 que consolidaram o quadro. A desigualdade como um problema, mas periférico e podendo ser resolvido pela própria expansão das fronteiras da economia de mercado, enquanto a tecnologia se mostra como convergente em um mundo com sistemas de troca que se aperfeiçoariam pelas vantagens comparativas e a alocação de recursos por instituições miméticas (normalmente de corte anglo-saxão) mais “eficientes”. Assim, ela se reduziria como por automatismo. Durante anos o marxismo foi acusado, não sem alguma razão, por Popper (1993) de historicismo, como dotada de uma lógica de movimento tendencial quase irreversível. Pois ao fim do século XX, seu último quarto, parece que o historicismo foi substituído pela teoria da convergência dos mercados. Mesmo com o fracasso

dos anos 1990 – crescimento baixo, produtividade mais estagnada ou em queda, desemprego mais alto, mas em regime de estabilidade monetária e reformas de mercado, a ideologia convergente seguiu adiante. Quando a festa das hipotecas, das pirâmides, dos derivativos, das fraudes contábeis e das altas remunerações de executivos ineficientes, ao lado dos esquemas frequentemente favoráveis ao grande capital rentista explodiu em 2007-2008, a máscara caiu, mas a fantasia não rasgou. Os mesmos atores permaneceram nos seus postos, o pagamento da crise foi terceirizado aos esquemas de seguro social e proteção no capitalismo central, sem afetar o rendimento do capital privado, incentivar a regulação de forma decisiva e nem mesmo, após algum tempo, afetar os supersalários.

E surgiu Thomas Piketty. A recepção ao texto foi saudada no mundo liberal norte-americano (no sentido estadunidense para a palavra) com apreciação, caso de Stiglitz ou Paul Krugman. Na Europa, foi recebido pelos colegas franceses com mais entusiasmo e pelos ingleses (com seu sentimento contido) como capaz de reunir rigor e acessibilidade. Entre nós, mesmo com a visita de Piketty ao país, a grande imprensa quase o ignorou, mesmo com sua agenda completa<sup>9</sup>. Seu texto bem alinhavado, reunindo rigor de pesquisa e dados com acessibilidade, não deixa de possuir certo convencionalismo econômico, em parte compensado pelo seu respeito às estatísticas históricas e os impactos sociais. Certo convencionalismo significa muito em um mundo de colunas econômicas toscas e análises acadêmicas de uma só mão, onde impera um total convencionalismo e preocupações a-históricas e anti-políticas. Aqui surge um autor que fala em transparência de dados, democracia e debate, decisões coletivas e que se situa em uma tradição definida por ele mesmo, a saber, a economia política, com seus propósitos político, normativo e moral que “(...) busca estudar cientificamente, ou ao menos racionalmente, de maneira sistemática e metódica, qual deve ser o papel ideal de um Estado na organização econômica e social de um país, bem como quais são as instituições e políticas públicas que mais se aproximam de uma sociedade ideal” (CSXXI, p. 557). Ufa! Declarações como esta são um sopro de ar renovado em uma ciência que recebeu, do reverendo Malthus, o epíteto de “ciência triste”. E que desafiam o saber convencional da Economia, todo dia expresso como verdade ao redor do mundo e repetido como um mantra de rigor. E, para completar, celebram o lugar da Economia nas Ciências Sociais.

Mas, com tudo isto, é um texto que se situa no campo da Economia, muito mais do que nas Ciências Sociais. Escrevo isso não para demérito, mas para

apontar inclusive a necessidade em ampliar a acoplagem entre as áreas. Entendamos bem: o imenso esforço de Piketty e seus colaboradores, a precisão das informações e a capacidade analítica, bem como suas conclusões cristalinas, devem ser aplaudidas. Nem se trata de uma cobrança, Piketty não promete isso. Ainda assim, aqui faltam atores claros, instituições visíveis, conflitos e uma cena política clara. Ao não operar com a vida e o debate públicos de maneira clara em suas arenas, de certa forma também ignora a Política. O faz não como seus colegas de profissão convencionais, que a tratam como externalidade negativa; mas o tema resvala na tese, surge por detrás de uma frase, ainda que não tenha desdobramentos, vide o caso das medidas recomendadas por ele na quarta parte. O tema tributário é tão relevante politicamente que não pode ser tratado como se fosse uma questão deslocada dos interesses dos atores, sejam rentistas, sejam esferas de governo, sejam coalizões. O mesmo ocorre com sua “utopia útil” do imposto sobre o capital mundial. Não sendo ingênuo, Piketty alerta para questões de cooperação internacional e integração política regional, mas, se não ignora os mesmos interesses dos atores e as graves questões de coordenação envolvidas, sua defesa de medidas revela boas intenções e baixa eficácia potencial. Questões tributárias ou déficit público nunca foram questões puramente econômicas, são predominantemente questões políticas e debatidas em esferas onde a Economia não é o saber dominante e as decisões são muitas vezes tomadas pela agenda política da coalizão governante. É também o caso da questão de um imposto excepcional sobre o capital privado, que ele considera que poderia apresentar alta efetividade. Por que não é realizado? Bem, a combinação de ideologia e ações (do lobby ao financiamento privado de políticos, mais o jogo do rentismo) do 1% a 5% dos detentores da renda nacional e seus aliados ajuda muito a explicar este mundo. Finalmente, sobre este ponto, o texto explora pouco as dificuldades de coordenação internacional e a própria assimetria global em termos de controle das ações em foros internacionais e a própria infiltração de interesses rentistas nos organismos multilaterais. Mas tudo isso fosse, talvez, realmente, demais em uma obra já tão sobrecarregada de “responsabilidades” com o tema da desigualdade, que é seu tour de force.

A confiança de Piketty na *longue durée* de seus dados é admirável, mas carrega em si um traço onde o movimento é tudo e os atores têm faces cobertas por um véu diáfano. Muitos comentários sobre o livro mencionam a profusão de dados como um grande mérito. E realmente o são, mas sempre é preciso lembrar que o movimento real da História por de-

trás das séries é a face dos atores: as finanças se reproduzem com rostos e eles circulam nos governos, fazem *lobby*, estruturam interesses, financiam campanhas políticas e este lado é, infelizmente, muito pouco explorado na obra. Compreende-se que não é seu objeto, mas a quase omissão sobre eles é bastante significativa. Ainda que o tema das instituições permeie o texto, particularmente na parte três que trata da estrutura da desigualdade e na quatro com o tema das políticas sugeridas, o autor admite o quanto elas fazem diferença, mas explora menos esta trilha, uma vez que está preocupado com a estrutura em si da desigualdade e não com a mecânica e a estrutura das próprias instituições.

Uma observação recorrente em comentaristas foi observá-lo à luz de Marx. Este é um equívoco que deve, desde já, ser combatido, sob a pena de permanecermos às cegas procurando referências e também produzindo uma injustiça com o autor. Primeiro porque a preocupação, digamos da práxis, é diversa: Marx estava convencido da impossibilidade do capitalismo persistir em sua espiral de acumulação crescente, exploração do trabalho acelerada, composição orgânica do capital renunciando colapso e crises sequenciais, sem contar o fato do próprio caráter político e pedagógico da ação de classe, em particular com relação aos trabalhadores assalariados. Piketty não somente tem certeza de que o capitalismo prossegue, mesmo em sua espiral de acúmulo do capital e persistente desigualdade em crescimento, mas que algo precisa ser feito sob pena de..., bem, não se sabe exatamente. Provavelmente a um agravamento incivilizatório ainda maior da desigualdade. O diagnóstico do autor, ao fim do livro, faz um apelo aos pesquisadores, jornalistas e todos os cidadãos que “(...) deveriam se interessar pelo dinheiro, por sua medida, pelos fatos e evoluções que o rodeiam. Aqueles que possuem muito nunca se esquecem de defender seus interesses. Recusar a fazer contas raramente traz benefícios aos mais pobres” (CSXXI, p. 561). Resta crer que “(...) a democracia pode retomar o controle do capitalismo e assegurar que o interesse geral da população tenha procedência sobre os interesses privados” (idem, p. 9). Com certeza fiel a uma tradição da centro-esquerda europeia, que podemos denominar, de forma geral, como socialdemocrata, Piketty se filia à tese, observada por Adam Przeworski (1989), na qual a pobreza e a opressão não podem ser minimizadas pela crença no futuro, onde “(...) a luta para melhorar o capitalismo é tão essencial quanto sempre foi. Contudo não podemos confundir essa luta com a busca do socialismo” (Przeworski, 1989, p. 290). Portanto, trata-se de mudar, por políticas públicas determinadas, este estado de coisas sem a preocupação

com o desmonte do capitalismo, aquilo que o livro trata em sua parte quatro.

Um crítico de esquerda a Piketty, Jacoby (2014) reclama que o autor concentra sua preocupação na renda, salários e riqueza, enquanto Marx se fixa na mercadoria, no trabalho e na alienação: enquanto o primeiro prefere um capitalismo com “rostro humano” o outro pretende transformar a sociedade. Aquele pela disjuntiva taxa de remuneração do capital e taxa de crescimento, o outro pelo trabalho e a luta de classes. Pode-se concordar com Jacoby quanto aos pontos teóricos, mas não se pode exigir de Piketty mais do que ele se propõe: não sendo marxista, mas de outra tradição à esquerda não idêntica ao marxismo, o que esperar? A questão Marx/Piketty obviamente reflete dois pontos de partida e unidades de análise diversas, mas as opções tomadas pelo francês claramente indicam outras soluções, mesmo que seja com a ironia pouca criativa de um “capitalismo com rosto humano”.

Em termos mais gerais, é visível a contribuição de Piketty para o debate necessário sobre a desigualdade e o encaminhamento de soluções para a imensa concentração. Entre os 10% mais ricos, mas principalmente entre o 1% mais rico, o volume dos rendimentos é extraordinário. Este volume é tanto que já não se trata daquilo que Veblen chamou de “consumo conspícuo”, mas de algo muito além disso. É virtualmente impossível imaginar que um ganho *hipotético (como exercício)* de R\$ 15 milhões anuais (com base em um capital de R\$ 500 milhões investidos a 3% ao ano, um rendimento “modesto”), seja gasto com facilidade: R\$ 1.250.000 ao mês e R\$ 41.000 ao dia, com algum desconto de impostos amigáveis. Mesmo que uma família que detenha este rendimento líquido gaste metade dele (R\$ 7,5 milhões/ano) – ainda seriam R\$ 625.000 gastos todos os meses. E os demais R\$ 7,5 milhões? Seriam reinvestidos, claro. Os mais pobres, os 50% de baixo, que receberiam da renda do trabalho, hipoteticamente, perto de 30% a menos que a renda média, não tem alternativa: gastam – roupas, escolas, remédios, algum lazer, férias controladas. Os ricos acumulam. Este rendimento cresce mais do que a Economia como um todo, ampliando a espiral da desigualdade. Sem que nada seja feito, redistribuído, não existe saída, apenas o consumo conspícuo cada vez maior dos mais ricos, o consumo intermediário e endividado de setores médios e uma crescente penúria abaixo, grupo este que precisa se virar por múltiplas atividades e construir programas sociais que, eventualmente, precisam ser ajustados para baixo por ajuste fiscal, o que, por sua vez, não atinge os ricos, os super-ricos e suas famílias. Agrupemos a isto impos-



tos regressivos sobre o consumo deixando a renda, particularmente a mais alta, feliz e quase intacta, o que aumenta a espiral rentista.

Por isso o debate da questão tributária, entre nós, é tão urgente. Sua urgência não se deve à grita convencional de governadores e prefeitos sobre concentração de recursos na União ou sobre a questão do pacto federativo. A questão preliminar deveria ser com relação ao que fazer ou quais políticas promover, com relação ao bem-estar social e a um projeto de sociedade mais inclusivo e mediante um critério-chave de justiça. O que significa priorizar um sistema universal de Saúde, um sistema nacional de Educação pública (com ramificações nos três níveis federados), um sistema nacional de Assistência Social, uma malha de investimentos em infraestrutura por toda parte (elétrico, de saneamento, água) e todas as necessidades básicas de uma sociedade com todas as elevadas taxas de desigualdade que o Brasil possui? Vamos apostar no aumento da produtividade marginal e nas benesses de longo prazo da qualificação? O que deverá ser feito já para que benesses dessa natureza possam ser produzidas? Uma agenda paroquial e eivada de rasgos moralistas ou uma ação firme em direção a outro patamar civilizatório? Segundo Gondin & Lettieri (2014), o sistema tributário brasileiro, para 2008 e considerando os setores que contribuem, a renda taxada é metade da tributação com relação ao consumo, com as operações financeiras representando 0,7% e o patrimônio menos 0,1%. Os juros da dívida pública, em 2008, somente do governo federal, representavam 3,8% do PIB – para a Saúde foram 3,6% e para a Educação 4,3% do PIB. A relação receita/PIB saiu de 12,6% em 1995 para 17,1% em 2002; a juros/PIB salta de 2,9% a 9% no mesmo período (Gondin & Lettieri, 2014, pp.68-70). Se isto não é uma face do que alerta Piketty, nada mais é. No Brasil, resta incorporar boa parte do setor informal, a grande evasão e a sonegação, instituir mecanismos de progressividade e o imposto sobre grandes fortunas. Para isso urge enfrentar a questão dos monopólios de mídia e outros, mas, sobretudo é preciso enfrentar a aliança estabelecida entre o sistema político e a oligarquia divergente, sobre a qual escreve Piketty. O financiamento do sistema político pelos 10% do topo, ou melhor, mais pelo 1% do que pelos demais tem sido um motivo de atraso e uma das grandes travas ao desenvolvimento brasileiro mais recente. O pacto político constituído em torno do PT não foi capaz de enfrentar tal questão e a coalizão dirigente é hoje mais dependente de grupos agregados aos interesses da alta renda do capital do que qualquer outra coisa. O tema tributário, hoje, é eivado de demagogias ou neoconservadorismos (o reclame contra a “altíssima” carga tributária – que nem de longe toca os grandes patrimônios) ou por

dirigentes políticos ávidos em promover gastos locais sem controle ou mesmo aparvalhados diante de suas obrigações e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Sem definir um projeto maior, o perigo de uma reforma tributária ainda mais iníqua é grande demais.

Os ricos brasileiros, nosso 1% ou nosso 0,01% não é diferente da elite internacional<sup>10</sup>, continuam preferindo e pouco se preocupam com a taxa de investimento da Economia, o emprego, a renda média. Sua lógica está em outro plano e, mesmo com crescimento baixo, suas perdas são, virtualmente, nenhuma, posicionados no capital financeiro e com milhões em paraísos fiscais. Portanto, cabe um desafio político em um debate econômico: como transitar a um sistema menos iníquo e, dada a própria situação internacional, como combinar regras de transparência e informações globais sem as instituições correspondentes em nível global?

Enfim, a observação a seguir, de Piketty completa bem seu desejo pessoal e, no fundo, parte de seu programa: “O que me interessa é contribuir (...) para o debate sobre a organização social, as instituições e as políticas públicas que ajudam a promover uma sociedade mais justa. Para mim isto só tem validade se alcançado no contexto do Estado de Direito, com regras conhecidas e aplicáveis a todos e que possam ser debatidas de forma democrática” (CSXXI, p. 37). Seu livro deve ser lido com afincos e prazer e debatido seriamente (não pode se tornar mais um daqueles citados e debatidos sem sua leitura...), pois é uma enorme contribuição ao debate sobre a desigualdade, talvez a maior da Economia desde Kusnets. Tem ainda a vantagem de oferecer mais dados e o reconhecimento do formidável conjunto de riqueza acumulada e seus efeitos deletérios sobre a vida social. Obviamente não é perfeito, mas já não pode ser ignorado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECK, Ulrich. **Risk Society. Towards a New Modernity**. Londres, Sage Publications, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **A Distinção. Crítica Social do Julgamento**. São Paulo, EDUSP, 2007.
- DAHRENDORF, Ralf. **As Classes e Seus Conflitos na Sociedade Industrial**. Brasília, UnB, 1992.
- DURKHEIM, Emile. **A Divisão do Trabalho Social**. 2 ed. Lisboa, Presença, 1984 (2 vols.).
- GALBRAITH, John K. (1957), **The Affluent Society**. Boston, Houghton Mifflin, 1957.

GELLNER, Ernest. **Culture, Identity and Politics**. Cambridge, Cambridge University Press, 1987.

GIDDENS, Anthony. **The Class Structure of the Advanced Societies**. Londres, Hutchinson, 1982.

GOLDTHORPE, John. **Social Mobility and Class Structure in Modern Britain**. 2 ed. Oxford, Clarendon Press, 1987.

GONDIN, Fátima & LETTIERI, Marcelo. **Tributação e Desigualdade**. In: **Thomas Piketty e o Segredo dos Ricos**. São Paulo, Veneta/Le Monde Diplomatique, 2014.

JACOBY, Russel. **Sobre algumas Omissões de Thomas Piketty**. In: **Thomas Piketty e o Segredo dos Ricos**. São Paulo, Veneta/Le Monde Diplomatique, 2014.

MARSHALL, Thomas H. **Cidadania e Classes Sociais**. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

MARX, Karl. **O Capital - Crítica da Economia Política**. São Paulo, Boitempo, 2013. (vol.1).

MEDEIROS, Marcelo. **O Que Faz os Ricos Ricos**. São Paulo, Hucitec, 2005.

NOZIK, Robert. **Anarquia, Estado, Utopia**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1991.

PIKETTY, Thomas. **Anexo Técnico**. Disponível em: <http://www.intrinseca.com.br/ocapital>. Acesso em 14 de abril de 2015.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2014(a).

PIKETTY, Thomas. **Capital in the Twenty First Century**. Cambridge, The Belknap Press of Harvard University, 2014b.

POPPER, Karl. **A Miséria do Historicismo**. São Paulo, Cultrix, 1993.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e Social Democracia**. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo, Cia das Letras, 2000.

SIMMEL, Georg. **The Philosophy of Money**. Londres, Routledge and Kegan Paul, 1978.

STIGLITZ, Joseph. **A Globalização e Seus Malefícios**. São Paulo, Futura, 2002.

TOCQUEVILLE, Alexis. **A Democracia na América**. 2a. ed.. São Paulo, Martins Fontes, 2005.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília, UnB, 1990.

WILLIANSO, Oliver. **Mercados Y Jerarquias: Su Análisis Y Sus Implicaciones Antitrust**. México, Fondo de Cultura, 1991.

## NOTAS

1 O mesmo pode acontecer com grandes fluxos migratórios, produzindo ausência de patrimônio trazido ou herdado, mas acelerando outras desigualdade inter-grupos, ou “nós” X “eles”. O caso exemplar são os EUA.

2 Claro deve estar que o autor jamais propõe aumento populacional como solução para qualquer problema. Ele se baseia em uma inferência estatística objetiva e relacionada ao “efeito acumulado”.

3 O período de crescimento quase ininterrupto, basicamente na Europa Ocidental, compreendido entre o fim dos anos de 1940 e os anos de 1970, com média de 4% ao ano de crescimento.

4 Para os países periféricos as estimativas são muito mais difíceis por problemas de fontes. Piketty observa os casos da China, Índia, Indonésia, Argentina, África do Sul e Colômbia (CSXXI, pp. 317-320) e afirma que, mesmo com as dificuldades, em princípio os resultados são próximos dos países ricos.

5 Piketty estima que o crescimento nas décadas de 80-90 foi em torno de 1% ao ano para a renda por habitante, o que também reduz a margem para grandes manobras tributárias.

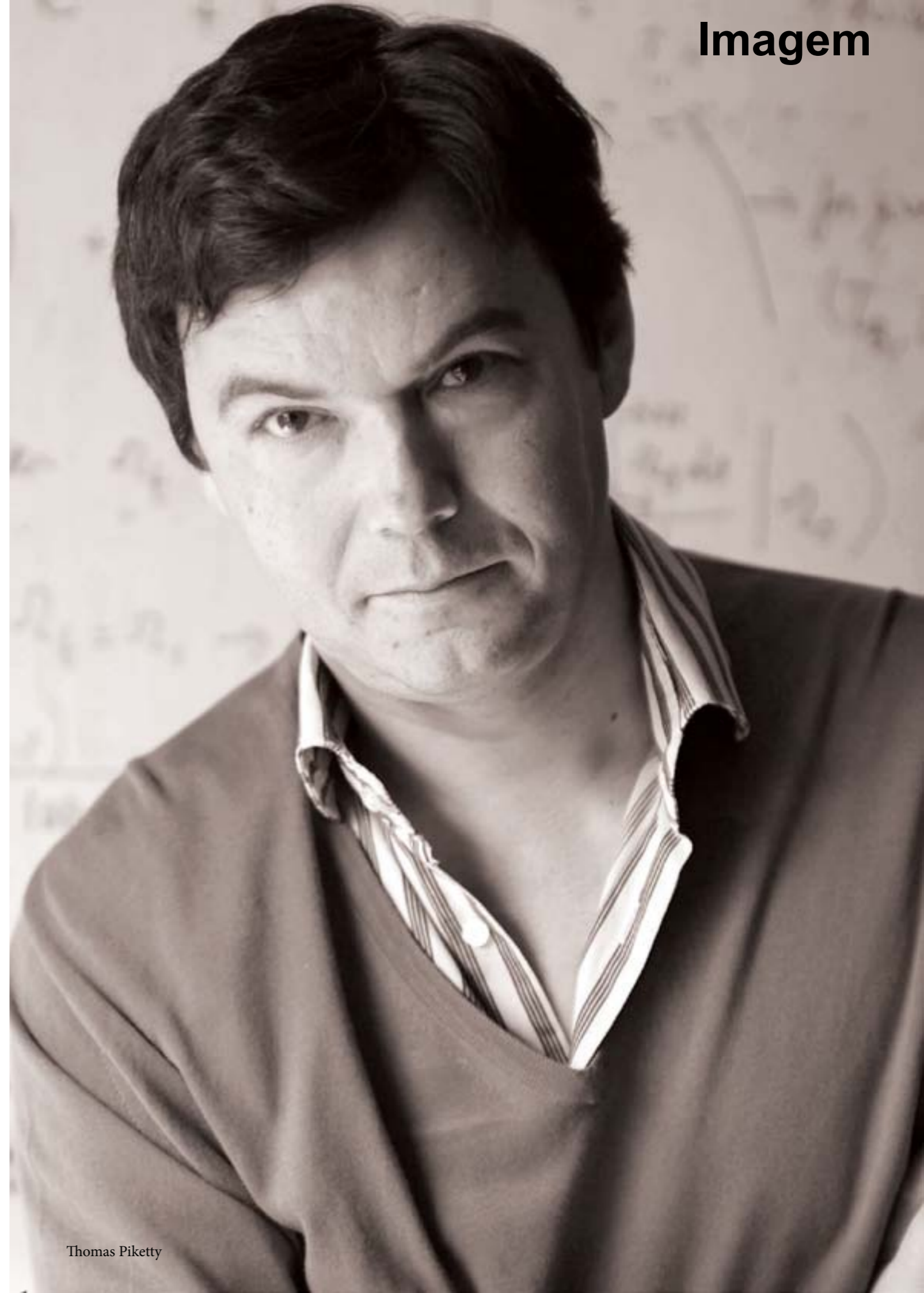
6 O caso da regressividade fiscal ocorre, ao contrário, quando as taxas diminuem para os ricos e aqueles que mais necessitam de efeitos fiscais positivos são prejudicados. Liberais de variadas estirpes louvam a regressividade disfarçada de “justiça”, ou seja, ricos pagam menos porque contribuiriam mais com emprego, renda e desenvolvimento. O Brasil é um país pródigo em regressividade, com impostos elevados sobre consumo, alíquotas desfavoráveis aos mais pobres e a classe média e ausência de taxação progressiva sobre patrimônio e renda.

7 Claro que existem dificuldades legais e técnicas nesta proposta, mas também várias soluções (CSXXI, pp. 510-512).

8 O enigma institucional chinês, com inegável sucesso no crescimento e em poder internacional, mas com resultados dúbios com relação aos investimentos sociais de longo prazo, é inseparável do debate sobre o papel do Partido Comunista e seu regime de controle social, político e econômico. Mesmo tendo o “tamanho”, como observou Piketty, a China parece ter um elemento muito forte de excepcionalidade que não pode ser tratado aqui em profundidade.

9 A exceção foi a entrevista no programa Roda Viva, na TV Cultura, povoada por entrevistadores que não leram o texto com atenção (ou simplesmente fixaram-se em *press release*). Receberam as respostas educadas e bem humoradas do autor, mas com a devida firmeza diante de jornalistas ou convidados que, pelo histórico do seu jornalismo, devem discordar das suas teses centrais.

10 Um dos poucos textos brasileiros sobre os ricos é o interessante trabalho de Medeiros (2005). Mesmo utilizando fontes bastante diferentes de Piketty (sua base são PNADs), não tem conclusões gerais muito diversas com relação aos “ricos”. Ainda que admita as dificuldades de fontes, Medeiros afirma que a composição da renda dos ricos deve levar em conta aluguéis, juros, dividendos e particularmente, aplicações financeiras. Seu conceito de riqueza utiliza a metodologia de uma “linha de riqueza”, muito diversa de Piketty. Ver capítulo 5 e a conclusão do referido texto.



Thomas Piketty